



ATA Nº 06/2023

Aos 12 dias do mês de abril de 2023, no grande auditório do Centro Multimeios de Espinho, reuniu-se, em sessão extraordinária, a Assembleia Municipal de Espinho, presidida por José Emanuel Teixeira Carvalhinho e secretariada por Guilhermino Pedro de Sousa Pereira e por Isabel Maria Pinhal Resende, na sequência do requerimento apresentado pelos eleitos locais do PSD que integram o órgão deliberativo para discussão do seguinte assunto: "**Debate do Estado do Município**".

A reunião iniciou-se às 21h30 dado que, à hora inicialmente designada, não se encontrava presente a maioria do número legal de membros desta Assembleia.

Foi verificada a presença dos membros Joana Raquel da Silva Devezas, António José Nunes Teixeira Lopes, Ana Paula Africano de Sousa e Silva, José Adolfo Carvalho Rocha, Rui Manuel Martins Fidalgo, Maria Alexandra Flôr de Pinho da Silva Bastos, Álvaro Paulo Alves Leite, Beatriz Manso Preto Loureiro, Hermínio José Figueiredo Martins da Cunha, Filipe Alexandre Perdigão Carvalho Pinto, Ana Cecília Alves de Campos Lopes de Rezende, João Paulo do Couto Matos e dos Presidentes da Junta da União de Freguesias de Anta e Guetim - Nuno Pinto de Almeida, da Junta de Freguesia de Espinho - Vasco José Carvalho Alves Ribeiro, da Junta de Freguesia Paramos - Manuel de Oliveira Dias e da Junta de Freguesia de Silvalde - José Carlos da Silva Teixeira.

Foi dada nota do pedido de substituição dos membros João Humberto Santos Cunha Bastos por Manuel Augusto Novais, Rosa Martins Freitas Duarte por José Manuel Alves Novo, Abel Jorge Correia dos Santos por Graça Hermínia Conceição Dias Pereira, Teresa Manuel Dias Leite de Carvalho e Magalhães por Manuel Cardoso Pereira António Manuel Pinto de Oliveira por Margarida Pires, Nuno Antonio Almendra Monteiro Martins por Floriano Alves.

A Câmara Municipal fez-se representar pela sua Presidente, Maria Manuel Barbosa Cruz. Estiveram também presentes o Sr. Vice-presidente Luís Miguel Oliveira Monteiro Canelas e os Senhores Vereadores Leonor Cristina da Costa Matos Lêdo da Fonseca, Maria de Lurdes Pontes Rebelo, Maria de Lurdes Santos Ganicho, João de Oliveira Passos e Hélder Manuel Freitas Leitão Rodrigues.

Verificado o quórum, o Presidente da Assembleia declarou aberta a reunião, convocada, nos termos da alínea b) do artigo 30.º do Regimento, a requerimento dos vogais do PSD para discussão do seguinte assunto: "**Debate do Estado do Município.** Informou que tinha dado entrada na Mesa, nos termos do n.º 5 do artigo 39.º do Regimento, uma proposta de deliberação alternativa por parte dos vogais do PS, a qual foi distribuída aos membros da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal e que, de acordo com o artigo acima referido, seria votada em primeiro lugar. Colocou o assunto à consideração do plenário, tendo o vogal Paulo Leite (PSD) pedido para fazer um ponto de ordem à Mesa. Referiu que, na sua opinião, a Mesa não devia ter aceitado aquele documento que não podia, nem devia, ser considerado proposta alternativa, porque não estava a versar os mesmos temas da recomendação do PSD. Pediu a suspensão da sessão para que o grupo municipal do PSD pudesse reunir. Retomada a reunião, o Presidente da Mesa informou que o regimento era claro quanto à aceitação de propostas de deliberação alternativas, sendo que a Mesa não tinha qualquer dúvida quanto à legalidade na sua aceitação.

Paulo Leite (PSD) pediu para fazer um novo ponto de ordem à Mesa, para partilhar um sentimento de vergonha alheia pelo facto de terem em Espinho um PS composto por algumas pessoas que defendiam realmente os interesses de Espinho e que acreditava que não aceitavam uma jogada de baixo nível como aquela para não se discutir os temas verdadeiramente importantes para o concelho, refugiando-se numa proposta de deliberação alternativa, que na sua opinião não era alternativa e não devia ser aceite, não entrando na discussão, sendo que o PSD estava contra aquele documento

Ana Rezende (CDU) pediu para fazer um ponto de ordem à Mesa e referiu que havia confusão entre a discussão e a votação dos documentos, sendo que o n.º 5 do artigo 39.º do Regimento previa a questão da votação, tendo a proposta alternativa de ser votada em primeiro lugar, sendo que a admissão do documento do PS não inviabilizava a discussão do documento do PSD.

João Matos (BE) pediu para fazer um ponto de ordem à Mesa aconselhando que fosse retirado o adjetivo alternativo no documento do PS, uma vez que não havia alternativa nenhuma entre as duas propostas e que nenhuma delas tinha conteúdo político.



Presidente da Mesa disse que o adjetivo alternativo tinha de ser mantido porque senão o documento não poderia ser aceite. Colocou à votação do plenário a aceitação do documento do PS, tendo sido aprovada com 15 votos a favor, 9 votos contra e 1 abstenção e, de seguida, fez a votação para o documento do PS ser votado em primeiro, tendo sido aprovado com 15 votos a favor, 9 votos contra e 1 abstenção

Paulo Leite (PSD) fez um ponto de ordem, perguntando à Mesa se seria discutido agora o documento do PS e depois o do PSD

Presidente da Mesa disse que seriam apresentados os dois documentos, sendo que o do PS seria apresentado e votado em primeiro lugar

Ana Rezende (CDU) fez um ponto de ordem solicitando a suspensão dos trabalhos para reunião da Comissão Permanente

Retomados os trabalhos, o presidente da Mesa referiu que, de acordo com o decidido pela Comissão Permanente, proceder-se-ia à leitura dos dois documentos que depois seriam discutidos em simultâneo, sendo que na votação, seria votado em primeiro lugar o do PS e depois o do PSD, convidando o vogal Paulo Leite a apresentar a recomendação do PSD.

Paulo Leite (PSD) "RECOMENDAÇÃO: *A situação vivida por estes dias na Câmara Municipal de Espinho assume, na nossa perspetiva, importância gravíssima nas consequências nefastas para o Concelho. O resultado das últimas eleições autárquicas, que deram a vitória à candidatura do partido Socialista, provocaram a mudança no poder local, com os episódios mais que conhecidos ... Após 3 mandatos do PSD, de correção das políticas erradas levadas a cabo pelo anterior executivo do PS, com resultados que podem por todos ser apreciados ao nível da melhoria das condições do Concelho, enquanto se reduzia a dívida deixada pelo PS em perto de 50%, havia agora todas as condições para continuar a melhorar a vida de todos os espinhenses. Ao contrário do que se esperava, até porque se afigurava um mandato fácil para este executivo PS, pois que era apenas necessário gerir o final das obras em curso e colocá-las ao serviço dos cidadãos, as confusões não se fizeram esperar. À boa maneira do PS, sobrepôs-se o marketing político ao trabalho de gabinete na procura da resolução de problemas, e encetou-se uma campanha que pretendia denegrir o anterior executivo. Anunciaram-se, então, auditorias para sustentar a afirmação que, hoje, todos sabemos, falsa, de que havia um buraco. O tempo encarregou-se de desmentir estas afirmações, mas, não obstante, continuaram a campanha negativa ao invés de, verdadeiramente governar o concelho. E ainda hoje estamos à espera das auditorias que sempre defendemos. Sendo essa situação já suficiente má para o concelho, pois que os serviços começavam a dar claros sinais de falta de liderança e, a olhos vistos, de falta de equipa para governar, acontece a tragédia no Concelho. A operação Vortex acaba por levar à*

renúncia do Presidente eleito, uma tragédia sem paralelo no concelho, e quando se pensava que o Vice-Presidente assumiria funções, eis que renuncia ao cargo também. Essa situação que, ao comum dos cidadãos configuraria uma devolução da palavra aos eleitores, para que fosse possível encontrar rapidamente nova liderança politicamente forte e que permitisse impedir que o concelho caísse no marasmo, acabou por ser resolvida com a subida ao poder da Nº 3 da lista. A solução apresentada, legalmente correta tinha, e tem, todos os ingredientes para correr mal. Não para os partidos, mas para o concelho que é quem deve, em primeiro lugar, ser tido em linha de conta. A subida ao poder de dois vereadores que não tinham sido eleitos, e a quem não se conhece particular relevância política e social tão importante para estes cargos políticos, tornam a situação ainda mais difícil ao mesmo tempo que, quem estaria mais bem posicionado na equipa para assumir a Vice-Presidência, é relegada e substituída por um vereador que não tem qualquer experiência autárquica conhecida. Ao mesmo tempo, começa a verificar-se que a Câmara não está a ser liderada pela Presidente. Os episódios mais recentes e de todos conhecidos, demonstram que quem está verdadeira a exercer o poder é o Chefe de gabinete. No que toca a esta figura, que vem do anterior executivo e que tem já historial de contribuir para complicações e não para soluções, conhece-se o episódio incrível no que toca ao problema recentemente criado com um dos clubes mais representativos de Espinho que tem, tanto quanto todos os outros, de ser respeitado. Este chefe de gabinete ultrapassa a hierarquia da câmara, criando um enorme problema e não é exonerado? É absolutamente inaceitável que esta figura continue ao serviço da Câmara Municipal. Deveria ter sido, de imediato exonerado. Chegamos a este ponto, vemos que tudo está parado na cidade e no concelho. O desnorte é total. O Partido socialista está em absoluta negação e sem saber o que fazer, focando-se apenas e só, nos interesses partidários em prejuízo do concelho. É, por isso necessário, hoje mais que nunca, debater o estado do Município. O que é que está a acontecer? Quem manda? Quais as estratégias para o futuro após a fatídica data de 10 de janeiro? Com o que é que os Espinhenses podem contar? São precisas respostas, e o executivo tem de as dar para bem de Espinho. Ao PSD, agora na oposição, compete exigir uma boa governação, estando sempre disponível para fazer parte da solução. Por Espinho e por todos os Espinhenses, é fundamental discutir o estado do Município. Assim: A assembleia municipal de Espinho, reunida em sessão extraordinária, no dia 5 de março de 2023, recomenda ao executivo municipal que: - Reponha a ordem hierárquica do executivo, mormente, censurando publicamente a conduta do senhor chefe de gabinete da presidência; - Passe a dar primazia aos interesses do concelho e das suas populações, nas decisões de governança do concelho; e - A senhora Presidente passe a prestar os esclarecimentos pedidos pelos partidos e pelos cidadãos, em sede de assembleia municipal, não se refugiando em promessas de conferências de imprensa futuras que, quando existem, não permitem o contraditório democrático que a lei e a ética impõem.”

José Novo (PS): “Proposta de deliberação alternativa: *Considerando que os vogais do PSD Espinho, no seguimento da situação grave de janeiro passado que está entregue e na esfera da*



justiça, optaram por surfar uma onda de demagogia e de populismo, mais próprio da extrema-direita; Considerando que, através do uso de um direito potestativo, os vogais do PSD requereram a marcação desta Assembleia extraordinária para "debater" o "estado do município" demonstraram a sua incoerência, pois antes já tinham recusado essa possibilidade a proposta idêntica do Bloco de Esquerda; Verificando que o PSD, como fica bem patente na sua Recomendação não está interessado em discutir os verdadeiros problemas do concelho, nem em resolver os problemas dos espinhenses apresentando soluções e o caminho do futuro; Considerando que o PSD em vez de discutir políticas e estratégias para o desenvolvimento do concelho, foge ao debate do "Estado do Município" e só insiste em "casos e casinhos" que nada acrescentam a um debate esclarecedor e que possa interessar os espinhenses; Verificando que o PSD ao apresentar esta recomendação pretende apenas fazer acusações "ad hominem" para desviar atenções do essencial, imiscuindo-se em matérias que são do foro interno e exclusivo do próprio executivo municipal; Verificando que a recomendação do PSD é politicamente oportunista porque se o PSD entende que "o Estado do Município" está tão mau que merece uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal devia ser consequente e apresentar uma Moção de Censura ao Executivo. Mas não o faz por oportunismo e tacticismo político e porque, na verdade, também não quer eleições autárquicas antecipadas; Assumindo que discutir o "Estado do Município" é debater as opções políticas que foram validadas e referendadas maioritariamente pelo voto popular em 2021 e não fazer politiquice, correndo atrás de casos que só existem nas cabeças dos vogais do PSD; Assumindo que é necessário valorizar e reforçar o papel fiscalizador da Assembleia Municipal; Finalmente e face ao atrás exposto, o Grupo Municipal do PS, com base no n.º 5 do artigo 39.º do Regimento, decidiu apresentar a seguinte Deliberação Alternativa à Recomendação apresentada pelo PSD: A Assembleia Municipal de Espinho, reunida em sessão extraordinária no dia 12 de abril de 2023, recomenda à Câmara Municipal de Espinho que: 1. Continue o rumo de Desenvolvimento Sustentado do Município iniciado em 2021, implementando o seu Programa Eleitoral Autárquico e mantendo o foco em tornar ESPINHO MELHOR; 2. Crie e implemente um modelo de gestão municipal assente no rigor, na transparência, na seriedade e na sustentabilidade; 3. Promova o reequilíbrio financeiro da autarquia; 4. Em cada sessão ordinária apresente um relatório circunstanciado relativo à execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e um ponto de situação das obras municipais em curso. 5. Apresente a esta Assembleia Municipal já na sua 3ª sessão ordinária, o Relatório do Direito da Oposição, tal como previsto no Regimento e no Estatuto do Direito da Oposição, Art.º 10.º da Lei 24/1998 de 26 de maio; 6. Passe a enviar à Assembleia Municipal, os editais com as deliberações tomadas em reunião de Câmara, permitindo aos vogais desta Assembleia um acompanhamento mais eficaz e mais próximo da atividade camarária."

Ana Rezende (CDU) disse que, para a CDU a discussão do estado do município era já uma proposta antiga, e que desde há muito anos que tinham vindo a propor um "congresso" sobre Espinho. Que lembrem-se que o estado do Espinho tinha de ser discutido, naquele preciso

momento, quiçá motivados pelo mediático processo judicial, ou a coberto de uma falsa questão denominada Sporting Clube de Espinho versus construção do estádio de futebol, se não era pura demagogia, no mínimo, seria uma patológica falta de memória que caracterizava o PSD local naquele momento, que, em 18 meses, esquecia 12 anos de governação em Espinho. Que a recomendação apresentada pelo PSD não falava dos problemas de Espinho, pedindo na sua parte deliberativa, que era a votada, a censura do Chefe de Gabinete e que a Presidente da Câmara deixasse de fazer promessas de conferencias de imprensa. Que os assuntos de fundos que os preocupavam, tal como o definhamento e o envelhecimento do concelho e da população, a perda de valências na saúde, a perda de centralidades, a expulsão da população ativa e dos jovens, atingiam o concelho de Espinho e não era de agora, numa constante alternância de poder entre PSD e PS que delinearam aquela trajetória, continuando a desenvolver os interesses das imobiliárias, dos empreiteiros, portanto do grande capital da especulação imobiliária. Que nos últimos 20 anos, sob a capa de grandes obras estruturantes para o concelho, e sem qualquer enquadramento e planificação, levaram-se a cabo megas construções e intervenções urbanísticas, e o resultado, para além do estado de degradação dos equipamentos e construções, as acessibilidades rodoviárias e pedestres, tornaram-se caóticas e contraditórias, e ainda a escandalosa concessão do estacionamento pago à superfície, com a proliferação continua dos parcometros, bem como a destruição do património arquitetónico. Que havia uma total ausência de estratégia para a viabilidade e sustentabilidade do concelho e que era importante discutirem qual era a verdadeira vocação de Espinho para o seu desenvolvimento estratégico, sob pena de ser absorvido por outro concelho. Disse que souberam numa reunião que tiveram com a Diretora do ACES Espinho-Gaia que a transferência de competências na área da saúde para a Câmara Municipal já foi feita, tendo entrado em vigor a 1 de abril e perguntavam-se o que dali podiam esperar, se mais um curto e apertado envelope financeiro, com consequentes falta de perspetivas sobre o futuro do hospital de Espinho e sobre a abertura das unidades e valências de que Espinho carecia. Disse que também nos seus considerandos o documento do PS ia a reboque dos ataques feitos pelo PSD e que, na sua parte deliberativa era evidente que o que se podia exigir ao executivo era que cumprisse o programa eleitoral para o qual foi eleito e que tudo o mais não correspondia a uma discussão sobre o estado do município. Que era lamentável a convocação de uma reunião extraordinária sob a denominação de “discussão do estado do município” para não fomentar discussão alguma sobre os problemas que afetavam todos os espinhenses.

Paulo Leite (PSD) protestou, dizendo que se a vogal da CDU considerava que o documento do PSD não refletia o que devia, tinha de ter apresentado uma proposta, não se limitando a temas desgarrados. Que teriam ali discussão sobre, por exemplo o afirmado pelos técnicos da obra do estádio municipal que contrariava o afirmado pela Câmara Municipal. Quanto à apresentação da moção de censura, constante no documento do PS, solicitou à Mesa que o esclarecesse sobre o



que uma moção de censura na Assembleia provocaria na Câmara Municipal, dado que, mesmo que aprovada por maioria, não faria cair a Câmara.

Ana Rezende (CDU) contra protestou dizendo que não tinham de andar a reboque uns dos outros e não estava ali em causa se a CDU devia ter apresentado uma proposta alternativa, mas sim a oportunidade para discussão dos assuntos, vendo-se no documento do PSD que o pretendido não era discutir Espinho e os seus problemas

João Matos (BE) disse que Espinho era um município que definhava e que PS e PSD transformavam em caos, sendo eles o próprio caos. Citou a frase " *a história se repete, primeiro como tragédia e depois como farsa*" sendo que aqueles documentos eram exatamente um, tragédia e o outro farsa, eram um atirar de culpas constantes, sendo que o PSD governou o município em 12 dos últimos 14 anos, usando da barganha para falar da tragédia que deixou, sendo que a habitação aumentou em 90% o valor do m², estando em 2179 €/m², com rendas de 1200 € para T2 e 1800€ para T3. Que os mais velhos eram ameaçados pelos senhorios e agentes imobiliários para saírem das suas habitações para as voltarem a arrendar por valores incomportáveis por quem trabalhava. Perguntou ao executivo se o levantamento anunciado de prédios devolutos e abandonados estava pronto e disponível. Que, segundo a PORDATA, em 12 anos havia menos estabelecimentos do ensino básico, não existia nenhum do ensino superior e a aposta era em escola das elites. Que a cultura tinha dos menores investimentos da Área Metropolitana e do distrito. Que o tribunal estava a cair aos pedaços, os CTT forma encerrados, serviços de saúde extintos e esmifrados depois de tanto investimento feito. Que as estradas e ruas eram de ordem medieval, praias com areias sujos, ribeiras abandonadas, esgotos sem tratamento, lembrou o endividamento para o estádio, para o RECAFE. Que, quer o PS, quer o PSD, eram responsáveis pelo estado do município e que era importante que percebessem, de uma vez por todas, que as pessoas queriam sossego, comida na mesa, decência nas instituições, poder viver e trabalhar em Espinho, numa economia que funcionasse ao seu serviço e gerasse empregos estáveis, cuidados de saúde, escolas e serviços públicos correspondentes aos impostos pagos pelos que trabalhavam.

José Novo (PS) disse que apresentaram a proposta alternativa em resposta à recomendação do PSD que, desde a tomada de posse em outubro de 2021, tinham um discurso de escarnio e maldizer, tendo piorado com os últimos acontecimentos. Que os episódios trágicos reconhecidos de janeiro, não deixavam de ser um lamentável percalço no percurso do PS, mas o PS apresentou em sufrágio eleitoral um programa e uma equipa, tendo de dar seguimento ao seu programa com as pessoas sérias que tinha à frente dos destinos de Espinho. Que sabiam que não tinham uma herança e um mandato fácil e lamentava que as auditorias não tivessem saído. Que aconteceu a operação *vortex* e esperava que a justiça fizesse o seu trabalho e que não ficasse nada por decifrar. Quanto à subida de dois vereadores não eleitos, a quem não se

conhecia particular relevância política e social, disse que os mesmos constavam da lista apresentada nas eleições e votada pela população, perguntando se teria relevância política o PSD com um candidato que foi Vice-presidente durante 12 anos, não ganhando as eleições ou o vogal Paulo Leite que também não ajudou a ganhar as eleições. Dizer que não foram eleitos era um atentado ao sufrágio eleitoral. Disse que o Chefe de Gabinete terá tido uma conversa que ninguém ouviu ou gravou, existindo o testemunho de um indivíduo que ali veio, e que não era exonerado porque tinham confiança nele. Quanto ao estádio municipal, muito oportunamente surgiam as declarações dos dois técnicos e não acreditava que fosse coincidência, disse que foi uma obra mal nascida que avançou de qualquer maneira por questão de objetivos políticos e de populismo, tinha uma derrapagem evidente e já ultrapassava os 5 M€, carecendo de outro tipo de procedimento concursal, mas que iria continuar, não se pretendendo que ficasse ali uma ruína. Finalizou dizendo que as pessoas que vinham à Câmara eram atendidas e tinham uma resposta.

Alexandra Bastos (PSD) disse que se tinham de concentrar em tirar proveito positivo, em trazer informação aos espinhenses, dado que a Assembleia era um órgão onde se devia prestar informação e era o órgão que representava todos os espinhenses. Que o facto de terem uma nova presidente de Câmara, depois de um presidente que se foi embora praticamente no início do seu mandato, trouxera-lhes algumas interrogações quanto à nova Presidente estar de acordo com as políticas seguidas pelo anterior, tendo aquele feito jornadas temáticas sobre a habitação, a saúde, vários anúncios, candidaturas e projeções de concursos, sendo que tinham perdido o fio à meada de todos aqueles processos. Aquela assembleia era importante para obterem aquela informação, dado que as assembleias ordinárias eram curtas para os vários pontos em discussão, e que, no futuro, deveriam ter mais sessões extraordinárias para debaterem o estado do município. Sobre as jornadas da habitação e do programa do primeiro direito, perguntou à Câmara Municipal qual era o ponto da situação, nomeadamente quantos fogos tiveram intervenções e quantos estavam por intervir, sabendo que a lista de candidaturas à habitação social era extensa e premente e também em que situação estavam as ligações com o PRR a nível nacional e como transitava o dinheiro para o município, sendo que, muitas vezes as verbas estavam atrasadas constituindo um obstáculo aos programas municipais. Sobre a candidatura feita pelo anterior Presidente da Câmara conjuntamente com o município de Vila Nova de Gaia, em várias áreas, perguntou em que situação estavam aqueles processos, nomeadamente o concurso do Centro de Saúde da Marinha. Perguntou se a descentralização na área da Saúde seria como a das escolas. Sobre a proposta apresentada pelo PSD referente ao melhoramento do sistema de trotinetes e bicicletas elétricas ao serviço da comunidade, perguntou o que se passava porque continuavam a serem obstáculos. Sobre o Parque da Cidade e sua expansão, deixou o desafio à Câmara para ser prolongado até ao Multimeios, fechando a Rua 23 ao trânsito. Que do programa do PS faziam parte os espaços verdes que estavam a aguardar .



Teixeira Lopes (PS) disse que, quando o PS ganhou as eleições, o PSD deixou uma Câmara Municipal com um aparelho administrativo desatualizado e desadequado às novas realidades e exigências do Município, Edifícios Municipais sem manutenção programada há 12 anos, num avançado estado de degradação e em condições de funcionamento indignas, como a Nave Desportiva, o FACE, O Balneário Marinho, a Piscina Municipal, a Piscina Solário Atlântico, a Biblioteca Municipal Marmelo e Silva, etc., para não falar do edifício dos Paços do Concelho e dos Armazéns Gerais. Que lhes deixaram um RECAFE por concluir, cheio de erros e problemas e com uma derrapagem orçamental monstruosa que pesava de sobremaneira na capacidade de investimento do Município e também as obras de Requalificação na Entrada Norte de Espinho também por concluir e mais uma vez com erros graves que o PS teve de corrigir, pagando os trabalhos a mais necessários para deixar aquela requalificação funcional e impedir que aquela entrada de Espinho se transformasse num caos, principalmente durante o período de Verão. Também a empreitada da Escola Sá Couto ficou por concluir, uma rede de água e saneamento com roturas permanentes e com perdas de água na rede que rondavam os 40% e ainda o encerramento da Extensão da USF da Marinha em Silvalde, causando graves e incompreensíveis constrangimentos a uma população já de si desfavorecida e, por isso, mais necessitada de cuidados de saúde primários. Que hoje, sabiam que a unidade de saúde familiar seria reposta para facilitar a vida a todos aqueles que foram prejudicados. Que o PSD concentrou os investimentos no centro da Cidade, esquecendo-se das restantes freguesias e que o PS pretende que as freguesias se aproximassem da cidade. Que foi importante a abertura de um centro de coordenação operacional municipal do serviço de proteção Civil no atual quartel dos bombeiros e também foi importante a abertura dos parques de estacionamento do FACE e da RECAFE geridos pelo município e com fonte de receita própria. Que faltou a agilidade e a iniciativa para desencadear um processo que tornasse Espinho atrativo e arranjar um projeto que resolvesse o problema do desenvolvimento económico, social e cultural do concelho. Que o PS criou o Conselho Municipal para a Juventude e o Plano de Igualdade e Não Discriminação de Espinho e ainda o Plano Municipal Saúde de Espinho, que quando concretizado, tornaria Espinho pioneiro naquela matéria a nível nacional, e ainda a modernização da plataforma informática dos agrupamentos de escolas e a atribuição de um subsídio de 10€/aluno para material escolar. Foi ainda feita a assinatura de transferência de competências na área da saúde que permitiria a requalificação da Unidade de Saúde Familiar Mar à Vista, com investimento nos polos de Paramos e Silvalde. Sobre a dominialidade da frente marítima de Espinho, que era um problema com mais de 100 anos, deveria ficar resolvido em breve, o que permitiria a sua renovação, modernidade.

Paulo Leite (PSD) referiu que se concentraram em falar do documento do PSD e não do PS. Fez notar que o PSD esteve no poder 12 anos dos últimos 30 anos e não dos últimos 14, como foi ali referido. Que, para além da enorme dívida, o PS deixou o desastre da zona do RECAFE que o PSD teve de resolver e corrigir, entregando ao PS uma obra quase pronta que estavam a ser

incapazes de gerir e de pôr ao serviço da população. Disse estranhar a posição do BE que, quando as coisas aconteceram, exigiu eleições e queria a realização de sessão extraordinária e agora que estava a decorrer, parecia que afinal não era preciso, sendo incoerente. Lembrou ao vogal do BE que, nas questões da habitação, nos últimos 7 quase 8 anos esteve no governo o PS, partido que não foi capaz de tratar das questões da habitação, sendo que o problema da habitação em Espinho, ou noutra qualquer concelho, vinha do Governo. Que houve algumas coisas bem feitas pelo anterior Presidente, Miguel Reis, que foram muito poucas e que foram interrompidas pela situação que conheciam. Voltou a lembrar a questão que colocou ao Presidente da Mesa sobre o efeito de uma moção de censura à Câmara

Presidente da Mesa disse que as moções de censura apresentadas pela Assembleia não tinham qualquer efeito pratico, além da própria censura em si, não constituindo obrigatoriedade de queda do executivo

Retomando a sua intervenção, o vogal Paulo Leite disse que era aquela a qualidade do conhecimento que o PS tinha sobre o funcionamento, não sabendo que uma moção de censura não tinha qualquer efeito. Sobre o estacionamento do FACE, perguntou à Presidente da Câmara se havia alguma ilegalidade na abertura do parque de estacionamento. Disse que à medida que o PS foi fazendo a sua governação, a cidade foi ficando mais caótica, mais suja e sem vida, que os atrasos nos projetos eram grandes e que deixaram de existir vários eventos que eram efetuados na governação PSD. Que a atual Presidente da Câmara se desdobrava em entrevistas fazendo passar a mensagem de que, agora, as pessoas eram sérias, sendo que, pelos vistos, anteriormente, não eram, e que, em Assembleia renegou, de certa forma, o projeto em curso com o anterior presidente Miguel Reis, e que era muito importante todos perceberem que o PS foi eleito com uma equipa e com um programa, mas renegando-se aquele passado, perguntava se o programa era o mesmo e se tencionavam cumpri-lo. Que a atual equipa teria de líder com matérias exigentes como a gestão financeira, as obras publicas, o urbanismo, transportes e mobilidade, voltando a lembrar a questão da modernização da linha do Vouga que, segundo constava iria passar à superfície até à estação de Espinho, o que depois do enterramento da linha, não lhe parecia fazer qualquer sentido. Sobre o estádio, disse que, numa reunião a Câmara entregou ao dirigente do SCE um cronograma, ficando aquele convencido que tudo estava bem e que, depois, alguém veio dizer o contrário. Que hoje tinha saído uma notícia em que se desmentia que o estádio iria ficar muito caro e achava que era altura da Câmara explicar a todos o que de facto estava a acontecer.

João Matos (BE) protestou, fazendo notar que o Vogal Paulo Leite tinha de ser mais rigoroso quando se referia à sua conduta e à sua participação naquela Assembleia Municipal porque ele sabia que depois do dia 10 de janeiro, na reunião da Comissão Permanente, o BE propôs a convocação de uma assembleia extraordinária, recusada também pelo PSD e que não ouviu, em



circunstância alguma, qualquer recusa da sua parte em participar naquele debate. Que ficava embaraçado com o vazio do conteúdo das propostas políticas do PSD e também do PS.

Ana Paula Africano (PS) disse que o ponto 3 da proposta do PS para que a Câmara promovesse o reequilíbrio financeiro da autarquia era extremamente importante porque de acordo com informação oficial de fontes independentes, nomeadamente o Conselho de Finanças Públicas e o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, o que se passou em 2021, em Espinho, ano de governação maioritariamente do PSD, era que, depois de uma redução da dívida, naquele ano existia um aumento brutal da dívida, na ordem dos 40%, sendo que, de acordo com o Anuário Financeiro, Espinho entrou para o top 50 dos municípios com maior dívida, entrou para a lista dos 10 municípios com o aumento superior de dívida a 20%, foi o 15º município com maior aumento de dívida e o 9º com maior contração de empréstimo bancários, sendo que o PSD onerou de forma que consideravam grave, o futuro financeiro imediato do município, limitando a capacidade de financiamento e de operação financeira. Que aqueles resultados provinham do RECAFE, com atrasos na sua execução em mais de 2 anos e custos acrescidos acima de 3M€ podendo atingir os 5M€; da empreitada de reabilitação da entrada norte de Espinho cheia de erros técnicos de projeto e execução graves, com atrasos de mais de um ano, impedindo a entrada e circulação de transportes de grande envergadura, com mais 40% de custos na sua execução; do Estádio Municipal, que estava em auditoria, com um anteprojecto que previa um custo de 2,5M€, uma empreitada adjudicada por 4,4M€ e que no PPI de 2021 se previa 8,5M€, sendo que os gastos eram diretamente financiados unicamente com recursos da Câmara Municipal, portanto com os impostos de todos, recorrendo-se a empréstimos e com custos acrescidos devido aos juros atuais. Referiu que com 5M€, poderiam ser requalificadas muitas habitações sociais ou para aplicar em qualquer outro tipo de intervenção. Referiu ainda a empreitada da Escola Sá Couto, com mais um ano de obras e mais 20% de orçamento. Sobre aquilo tudo, acrescia os edifícios municipais que não tinham tido manutenção e precisavam de cuidados continuados e também as infraestruturas da água que eram velhas e em que, devido às perdas de água, o município gastava meio milhão de euros por ano, a gestão de resíduos urbanos tinha custos elevados, ausência de política ambiental e de eficiência energética, sendo que tudo contribuía para custos acrescidos do funcionamento corrente da Câmara, a par com a situação da pandemia que levou ao encerramento de todas as infraestruturas ligadas ao turismo e também as verbas da zona de jogo que foram fortemente reduzidas. Que as decisões sobre a utilização do dinheiro em projetos futuros tinham de ser feitas com grande critério e feitas nos projetos que poderiam trazer mais retorno e benefícios para o concelho de Espinho e seus cidadãos face aos custos que lhes estarão associados.

Paulos Leite (PSD) fez um ponto de ordem à Mesa, perguntando se a Presidente da Câmara iria responder às questões que lhe foram colocadas antes das segundas intervenções.

Presidente Mesa respondeu que tinha indicação que a Presidente da Câmara responderia no final das segundas intervenções.

Ana Rezende (CDU) fez um ponto de ordem à Mesa, referindo que a condução dos trabalhos não lhe parecia ser a mais correta. Que gostariam de ter respostas às questões já colocadas, que poderia levar ou não a uma segunda intervenção.

João Matos (BE) fez um ponto de ordem à Mesa, referindo que concordava com o agora referido, porque se tinham como função o escrutínio do executivo, tal exigia que a Câmara prestasse esclarecimentos e depois que se fizessem as segundas intervenções.

Presidente da Mesa deu a palavra à Presidente CME, para, querendo, esclarecer as questões. No uso da palavra, disse que já tinha dado todos os esclarecimentos técnicos de que dispunham sobre o estádio, os quais também estavam disponíveis no site do município e que já tinha sido pedido uma auditoria. Sobre a delegação de competências na saúde disse que a tentaram prolongar, o maior tempo possível, mas ponderaram a proposta apresentada em que iria haver uma melhoria substancial nas unidades de saúde do concelho, com reparações na de Paramos e a de Silvalde a funcionar noutra local, e que a da Marinha começaria, provavelmente, a funcionar ainda no ano em curso. Que em Anta e Guetim seria construído um centro de Saúde e, em Espinho, passariam a ter RX, painéis solares para eficiência energética e também carregadores para 2 viaturas elétricas. Naquela delegação de competências apenas passaram para a Câmara 5 assistentes operacionais, sendo que optaram por aceitar a delegação porque a verba a receber permitiria efetuar as diversas obras. Passou a palavra à Vereadora Lurdes Rebelo que disse que já tinham verba para Espinho, para a Unidade de Saúde Mar à Vista e para a unidade de Saúde a construir em Anta e Guetim, embora ainda não tivesse saído o aviso para aquela transferência ser efetuada. Sobre o polo da Marinha, disse que as verbas já estavam decididas, estando inserida nas comunidades desfavorecidas, com projeto aprovado. Sobre as valências hospitalares disse que seria uma questão a tratar ainda no Conselho Intermunicipal. A Presidente da CME acrescentou que, nas candidaturas efetuadas conjuntamente com o município de Vila Nova de Gaia, dentro da educação, vieram verbas para 4 projetos, que já estavam em fase de contratação, sendo que tinham as suas especificidades, nomeadamente, o projeto Multiplicar Emoções destinado aos alunos do pré e primeiro ciclo, que era efetuada através da marca registada "Mente Serena", o projeto para os meninos com necessidades educativas especiais, em que a contratação era mais complicada por envolver técnicos específicos, o projeto UMBuntu e o Mais Sucesso que se destinava a acompanhar os alunos com mais necessidades das comunidades mais desfavorecidas. Sobre os espaços verdes, disse que existia uma candidatura aprovada para a envolvente da Vila Manuela, sendo que estava em fase de contratação, que constituiria quase um prolongamento do Parque, sendo que estava a ser equacionado o fecho da Rua 23. Passou a palavra à vereadora Leonor Fonseca que



referiu que no âmbito do Programa de Recuperação e Resiliência, salientava a operação de reabilitação e eficiência energética do Bloco F da Ponte de Anta com apoio de 481 927, 30€ para reabilitação de 12 fogos. Que a estratégia local de habitação foi presente à reunião de Câmara em 27 de março p.p. com recomendação de ser enviada ao IRHU. Salientou também a Acessibilidade 360 cuja candidatura foi submetida e estava a ser contratualizada para reabilitação de habitações para melhorar a acessibilidade a pessoas com deficiência, e também a Academia Ativa, o Pedalar sem Idade e os Laboratórios Sociais, onde as competências de cidadania e de literacia financeira seriam uma aposta.

Vereador Luís Canelas tomou a palavra referindo que considerava estranho porem em causa as conferências de imprensa dadas pelo atual executivo porque se acessem à internet poderiam ver as conferencias de imprensa do executivo PSD. Sobre o estádio municipal, disse que a Câmara queria executar a empreitada, mas tinham de aguardar o resultado da auditoria e, sobre as notícias vindas hoje a publico, dez notar que, por se comprar um blazer não se comprava o fato todo. Sobre as praias, referiu que era triste verificar que, depois do investimento com limpeza mecânica feito pelo executivo, que há anos não era realizado, naquela altura do ano, a falta de civismo que deixou as praias naquele estado lastimável, tendo-se procedido, de imediato, novamente à limpeza. Sobre as trotinetes, disse que o período experimental estava a terminar, sendo feita uma avaliação dos acontecimentos para tomar medidas. Acrescentou que não reconhecia qualquer experiência pessoal, profissional ou política ao vogal do PSD que, repetidamente punha em causa as capacidades dos membros do executivo, para fazer julgamentos sobre a sua capacidade ou a dos vereadores do executivo.

João Matos (BE) disse que a Presidente da Câmara Municipal tinha de entender que não prestava esclarecimentos técnicos, mas sim políticos e que as suas decisões políticas eram sufragadas pela Assembleia Municipal. Sobre as melhorias e a construção anunciadas, não foi enunciado contexto temporal, pelo que não lhe agradava nada que fossem anunciadas coisas que depois não se concretizassem. Que compreendia que era importante pensarem na Vila Manuela e na sua envolvente, mas havia questões mais urgentes a tratar, tais como os armazéns gerais que eram um perigo para a saúde publica dos seus trabalhadores e perguntou quando seriam intervencionados. Que, num momento de crise brutal de aumento do custo de vida, o executivo propunha cursos de literacia financeira. Disse que o BE foi o primeiro a exigir uma sessão da Assembleia para prestação de esclarecimento político do que se vivia e por entender que o novo executivo revelasse a sua completa e cabal separação com o passado recente do executivo liderado por Miguel Reis, até porque a Presidente da Câmara e a Vereadora Leonor Fonseca faziam parte daquele executivo. Que mandar fazer uma auditoria, não chegava, sendo necessário mudar as políticas urbanísticas seguidas. Que não fazia qualquer sentido ter mantido em funções o Chefe de Gabinete do Presidente Miguel Reis, não só pela questão gravosa do senhor ter desautorizado as posições publicas do executivo, mas pela

exigência de separação de águas políticas, o que lhes dava provas de que a subordinação dos interesses e das necessidades da comunidade iriam continuar a ser subordinados aos interesses de muito poucos porque a política era a mesma. Que o BE tinha feito um conjunto de questões por escrito, tendo a Vereadora dado respostas evasivas, respondendo que não sabia o que eram atentados urbanísticos e que desconhecia o que eram atos lesivos dos espaços públicos, o que demonstrava para além de incompetência, haver inconsciência. Disse que o poder público existia para controlar o mercado privado e condicioná-lo em favor dos interesses da maioria. Disse que de facto o BE tinha pedido eleições, quando da tomada de posse do atual executivo, tendo o PS respondido que não tinha sido um homem a ser eleito, era um conjunto de pessoas organizadas em torno de uma proposta política que tinham sido sufragadas e por isso tinham todas as condições políticas para continuar. Que do programa apresentado pelo PS constava o reforço do papel da rede social, introdução de critérios claros e transparentes na atribuição de apoios a recursos públicos, realocação da loja do bairro, criação de um cluster de investigação ligado a economia do mar, construção de uma grande sala de espetáculos capaz de receber eventos culturais, criação de um programa municipal arte urbana, revisão e redução das taxas municipais, requalificação de equipamentos desportivos, garantir de forma faseada a construção de um pavilhão, construção de uma piscina municipal, conceção de um plano multidisciplinar de apoio à natalidade, promoção da construção de habitação a preços acessíveis, incentivar a criação de cooperativas de habitação, apostar na criação de uma residência universitária, reforço e alargamento da rede de transportes públicos, estudo da expansão do Centro de Saúde de Anta, modernização do espaço da feira municipal. Fez notar que tudo estava por cumprir.

Paulo Leite (PSD) perguntou se a equipa em funções do PS estava comprometida com o programa político referido pelo vogal do BE. Que a Presidente da Câmara não respondeu às questões da modernização da linha do Vouga, e já agora da linha de alta velocidade, da legalidade de abertura do parque do FACE e do Estádio Municipal. Fez notar que a Câmara Municipal de Famalicão iria avançar com um estádio municipal previsto em 20 M€ que tinha o apoio do Secretário de Estado do Desporto e Cultura e referia que era uma grande oportunidade e um futuro feliz para o município. Que o PS em Espinho nunca quisera muito o Estádio. Perguntou se era verdade ter sido dado um cronograma ao SCE sobre a execução do estádio, se na reunião de Câmara foi confirmado, se o Chefe de Gabinete veio dizer outras coisas e fazer propostas que não podia e não deveria ter feito, desautorizando a Câmara, não se compreendendo como era mantida em funções uma pessoa que fazia parte do anterior executivo. Disse que o estádio devia de ser construído sendo que o SCE perdeu uma enorme oportunidade que também seria boa para o concelho, constatando-se que a Câmara estragou o futuro do SCE e talvez da própria cidade. Que o PSD tinha uma estratégia para construção do estádio e que as dificuldades que apareciam tinham de ser resolvidas, não só em Espinho como em todas as freguesias, sendo que o PS não tem sido estado capaz de fazê-lo. Disse que valeu a pena fazer aquele debate, apesar de muitas questões terem ficado sem responder, sendo que



os espinhenses ficaram a saber bem mais sobre o que se passava, e não era bom, em Espinho, ficando com esperança de que as questões colocadas obtivessem resposta ainda naquela Assembleia.

Ana Rezende (CDU) disse que PS e PSD eram ambos responsáveis pela governação do concelho, que sempre se pautou pelos interesses imobiliários, inclusivamente do grupo Solverde, que determinou e tinha vindo a determinar a regressão e decadência do concelho. Que a culpa morria sempre solteira, nunca havendo uma verdadeira responsabilização política dos seus agentes e que os espinhenses com aquele debate não deveriam estar satisfeitos, tendo-se assistido a uma troca de acusações múltiplas entre PSD e PS, que pouco divergiam entre si nas políticas que adotavam. Disse que ficou claro que o PSD tinha um objetivo velado com a promoção daquela assembleia que era tentar agitar mais uma vez as águas a propósito da questão do estádio. Sem prejuízo do apoio que o executivo devia dar a todas as suas instituições e coletividades, era preocupante que quando se falava do estádio, falava-se do SCE. Que a explicação dada pela Vogal Ana Paula Africana era bastante avisada sobre o facto do estádio ser pago por todos nos, porque não existia financiamento a nível europeu. Que a CDU entendia que não era algo de urgente para o concelho e se o SCE precisava do estádio como pão para a boca, tinha sido importante que as suas sucessivas direções não andassem a delapidar o seu património. Que os espinhenses estavam carentes de necessidades e bens essenciais, na saúde, na habitação, na cultura, nas acessibilidades e não lhe parecia que quisessem ver os seus impostos aplicados num estádio. Que se contraía dívida sempre para os mesmos objetivos que depois não tinham resultado pratico nenhum, havia projetos de dar a interesses imobiliários privados que nada contribuía para a construção de habitação a preços acessíveis. Que a CDU queria fazer parte da solução na construção do estádio, mas que teriam de priorizar muito bem a ordem de realização das coisas em Espinho porque o dinheiro público era um bem escasso. Que a CDU votaria contra o documento do PSD e abster-se-ia no documento do PS

Joana Devezas (PS) disse que a tarefa daquele Executivo PS tinha sido até aqui, em boa medida, resolver as trapalhadas herdadas do PSD, sem nunca deixar de implementar e concretizar, apesar de todos os condicionalismos, o programa eleitoral que foi sufragado e votado pela maioria dos Espinhenses. Que, naquele curto ano e meio, apostou na reestruturação tecnológica de equipamentos, na implementação de soluções informáticas de apoio à gestão, reformulou a Estratégia Local de habitação, criou Equipas Multidisciplinares da Habitação, fez o levantamento de necessidades de intervenção na Habitação Social, 12 anos esquecidas pelo anterior executivo, apostou pela primeira vez nas Jornadas da Habitação que permitiu discutir a habitação em Espinho. Que criou a plataforma "Espinho Atento", com o objetivo de reforçar o diálogo e a proximidade com os cidadãos e que permitiu identificar e reportar de forma simples e rápida situações relacionadas com os espaços públicos, corrigiu os

erros de projeto da Escola Sá Couto, onde faltava as ligações de internet, abriu ao público os Parques de Estacionamento do Museu Municipal de Espinho, fechado há 13 anos, e do ReCaFE, parques geridos pelo Município e que constituíam fonte de receita própria. Que lançou a empreitada de requalificação do Bloco F, no Bairro da Ponte de Anta, um investimento que contemplava a requalificação de 12 fogos, das fachadas e da cobertura do edifício, ao abrigo do programa 1.º Direito e fez um esforço para continuar com as correções e a manutenção das redes de abastecimento de água. Que reforçou os investimentos na higiene e limpeza urbana do concelho, com a recolha seletiva, com o projeto da recolha dos verdes, ecocentros e com o projeto "Reciclar é Dar+". Fez uma candidatura vencedora para vários projetos ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência e criou o Conselho Municipal da Juventude, o Plano Municipal para a Igualdade e Não discriminação de Espinho e o Plano Municipal de Saúde de Espinho, modernizou a Plataforma Informática nos Agrupamentos de Escolas de Espinho. Que alterou o projeto de requalificação da Rua 20 para manter as árvores lá existentes e aprovou a requalificação da envolvente da Vila Manuela com a criação de novos espaços verde e integrou o Plano para a Poupança de Água da Área Metropolitana do Porto. Que apoiou novamente os Festivais do Cinanima, do FEST, do Festival de Marionetas, do FIME, do Vir a Banhos, aceitou um espetáculo comunitário da AMP do Coro Metropolitano, com 17 coros de 17 municípios . Que foram novamente uma referência nacional no voleibol, com a Capital do Voleibol, com 9 competições e 30 dias de provas, que juntou perto de 900 equipas e 200 campos de voleibol. Que incluíram a Escola Básica e Secundária Domingos Capela na lista de escolas para intervenção de requalificação prioritária do Governo, instalaram também a Internet na Espinho 2. Que reformularam as Atividades de Animação e de Apoio à Família, intervieram na Feira Semanal, procedemos à Limpeza, pintura e reparações, curtas e pequenas nalguns edifícios municipais que estiveram 12 anos ao abandono. Desmantelaram a pérgula situada junto ao Bairro dos Pescadores, limparam e arranjaram os elevadores da Passagem Superior Pedonal e requalificaram o espaço público do Bairro da Quinta de Paramos. Que assumiram com frontalidade que o Estádio municipal era uma empreitada que se tivesse sido lançada pelo PS, seria com moldes e valores diferentes, mas que era uma obra e um processo que herdaram naquelas circunstâncias e cuja conclusão tinha de ser assumida como um desígnio coletivo, pelo que aguardavam, com serenidade, o resultado da auditoria. Esclareceu ainda que, relativamente ao Estádio do Famalicão, convinha ler a notícia até ao fim, porque nela era referido que iria depender maioritariamente de investimento privado, pelo que se houvesse investimento privado para o de Espinho, poderiam até fazer como em Famalicão. Que chegavam assim ao verdadeiro "Estado do Município", e não tinham dúvidas da excelência do trabalho já desenvolvido e concretizado. Que se percebia agora que, perante o que já foi feito, pelo sucesso já visível daquelas novas políticas e daquela nova forma de fazer política, que o PSD tentasse encontrar maneiras de os distrair daquilo que era essencial, mas no PS não andavam distraídos, nem iam perder o foco. Terminou com uma citação da Presidente da Camara Municipal de Espinho, Dra. Maria Manuel Cruz: "*O Município de Espinho continuará, ..., empenhado e*



comprometido com um modelo de gestão assente no rigor, na transparência, na seriedade e na sustentabilidade, assumindo que o equilíbrio financeiro da autarquia não é, em si, um fim, mas apenas um meio para garantir as condições necessárias para a construção de um futuro melhor para Espinho e para os Espinhenses.”

Votação do documento do PS: aprovado com 13 votos a favor, 11 abstenções e 1 voto contra.

Declarações de voto:

Paulo Leite (PSD) *“O PSD decidiu abster-se na parte deliberativa porque primeiro, na nossa ótica, o documento não devia ter entrado e segundo, os pontos 4, 5 e 6 já são obrigatórios e já teriam de acontecer independentemente de haver esta proposta alternativa, mas teria sido útil que tivessem retirado a questão da moção de censura que nunca iria funcionar.”*

Votação do documento do PSD: rejeitada com 15 votos contra, 9 a favor e 1 abstenção

Declarações de voto:

João Matos (BE) *“A declaração de voto é relativa aos dois documentos. Nós vivemos tempos neste município que correspondem à pouca vergonha e nessa medida lamento que nesta assembleia municipal não se possa ter aprofundado devidamente questões candentes, graves e que têm que ver com a vida da maioria das pessoas que vive e trabalha neste município. Estou até ainda inebriado com a última intervenção do PS da vogal Joana Devezas que, enquanto falava e eu ia acumulando tanta obra feita num espaço de tempo tão curto, recordei-me de uma expressão de um humorista americano que perguntava “sabem qual é a diferença entre a verdade e a ficção? É que a ficção tem muito mais sentido””.*

A Vogal da CDU Ana Rezende (CDU) disse que iria apresentar declaração de voto por escrito, contudo a mesma não foi apresentada.

Presidente da Mesa disse que queria agradecer a todos o debate que foi útil e recordou que, em sede de Comissão Permanente, apresentou uma proposta de revisão do Regimento para poderem incluir de forma potestativa aquele tipo de debates.

Não havendo mais assuntos a tratar, a reunião foi dada por encerrada.

A deliberação tomada na presente reunião foi aprovada em minuta, por unanimidade, ao abrigo do nº 3 do artigo 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, após a sua leitura pelo Presidente da Mesa da Assembleia.

Para constar e devidos efeitos, nos termos do disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 61.º do Regimento, lavrou-se a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto

ocorreu na respetiva reunião, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Isaura Maria Gomes Pinto da Rocha Gonçalves, funcionária municipal da Divisão de Jurídica e de Apoio à Administração, designada para o efeito, que a elaborei nos termos legais.

O Presidente da Assembleia Municipal

A Funcionária Municipal,
